Eu estou falando e vou falar do prefeito de São Paulo, João Doria. Ele tomou uma medida contra os pichadores. Eu dou total razão ao prefeito João Doria, porque ele é quem está enfrentando, pela primeira vez, aqueles que picham fachadas das pessoas, de lojas, do comércio, das empresas, monumentos e viadutos, enfeando a cidade, pichando, sujando e dando mau exemplo.

Quando se tem a tolerância zero, que é algo aplicado no mundo inteiro, seja em Tóquio ou em Pequim, Londres, Paris, Roma, qualquer cidade de primeiro mundo, não se tem pichação. Eu não estou falando de pinturas artísticas, eu estou falando de pichações. Sou contra e, por isso, quero parabenizar o prefeito João Doria.

Quando o prefeito João Doria começa a perceber que a cidade de São Paulo está amarrada, com mobilidade totalmente congestionta, as marginais com 50, 60 quilômetros por hora - absurdo -, sem nenhum semáforo, com quatro, cinco, seis pistas marginais e as pessoas transitando a 50, 60, 70 por hora, ele tem a coragem de aumentar essa velocidade. Eu ainda acredito que ele tem que aumentar a velocidade, por exemplo, de uma avenida que não tem nenhum semáforo e passa perto da Assembleia Legislativa, a 23 de Maio. Por que amarrar? Por que congestionar? Os nossos carros têm ABS, os freios são bons. Temos freios modernos. Hoje, é outro mundo. Antigamente, andávamos a 20 por hora no congestionamento, hoje não, podemos trafegar com maior velocidade.

Um homem assim tem aprovação da população, chegando a mais de 60, 70% de aprovação. Ele está sendo cotado para ser presidente da República, um prefeito que mal iniciou a sua trajetória. Aliás, eu sou da safra do prefeito João Doria. Nós éramos do PMDB e viemos para a vida pública. Eu estou há 36 anos na vida pública, época em que o prefeito João Doria também iniciou. Nós éramos ainda mais jovens. Ele é o homem, hoje, cotado para ser presidente da República, porque ele tem coragem.

Eu quero dizer ao governador Geraldo Alckmin para que ele tenha uma atitude que poderá ajudar a todos nós. O homem agride a natureza. Tem esse calor infernal, 38°, 39°, chegando em 40°C ou mais. Todas as rodovias estão congestiontas, as avenidas estão congestiontas. Naqueles acostamentos maravilhosos que têm na Rodovia Castelo Branco, na Rodovia dos Bandeirantes, na Imigrantes e em tantas outras poderia ser utilizado uma quilometragem mais baixa. Quarenta por hora, trinta por hora, sinalizada, orientada. Pessoas que não querem andar rapidamente podem ir pelo acostamento, em finais de semana prolongados, na hora do rush, quando tem congestionamento, protegendo as nossas crianças, as pessoas da melhor idade que ficam, às vezes, sem ar condicionado, presas nessas rodovias. Por que se libera o acostamento na Rodovia dos Tamois, na Rio-Santos, na Imigrantes, mas não libera nas outras rodovias?

Será que nessa região pagam-se mais impostos? Há poucos instantes, assomou à tribuna um deputado da região sorocabana. Ele disse que a região recebeu oito mil casas. Isso é um privilégio. Eu me pergunto se o cidadão da sorocabana - e eu nasci naquela região - paga mais impostos. Talvez seja influência política. Qual é o fator para que lá sejam construídas mais casas? Talvez o prefeito tenha mais competência, mais dinheiro e faça parcerias com o governo.

Por que permitem o uso do acostamento, desde que em baixa velocidade, em determinadas rodovias, mas não liberam na Ranganoni? Por que não liberam na Castelo Branco, na região do Alphaville e Tamboré? Por que não liberam na Bandeirantes e na Rodovia Anhanguera? As pessoas ficam paradas, umas atrás das outras, nesse calor infernal, nesse verão tão rigoroso. A natureza reage quando o homem a agride.

Para finalizar, gostaria que os governantes que queiram ter seu futuro político como o de João Doria tenham a coragem de fazer as coisas, enfrentando opiniões contrárias.

O SR. PRESIDENTE - JUNIOR APRILLANTI - PSB - Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, em primeiro lugar, gostaria de agradecer à vereadora Marilzinha, de Nova Europa, que está presente. Muito obrigado pela sua presença.

Quero agradecer, mais uma vez, ao governador Geraldo Alckmin pela sensibilidade às causas do nosso estado de São Paulo, principalmente em relação aos projetos que apresentamos nesta Casa, os quais trazem uma melhor condição de vida para a população.

Quero agradecer, ainda, à Polícia Ambiental, parabenizando-a por, em pouco tempo, já ter deixado o seu contingente preparado para usar o drone, que foi estabelecido, neste ano, com sanção do nosso governador Geraldo Alckmin ao PL nº 287, de 2016, tornando-se a Lei nº 16.380.

Trata-se de uma lei que dará condições para que a Polícia Ambiental do Estado de São Paulo faça a fiscalização que antes era realizada por barcos, nos rios, e por caminhonetes, nas áreas rurais. Muitas vezes, ela era feita para auxiliar o Corpo de Bombeiros, quando havia queimadas. Gostaria de exibir uma matéria.

- É feita a execução de vídeo.

Essa matéria foi veiculada em nível nacional e a partir de hoje nossa lei ajuda a Polícia Ambiental a ter precisão. Muitas vezes a pessoa comete um ato infracional, e sai tranquila, ílesa, por se esquivar, muitas vezes. Se é uma pesca, ela joga o peixe na água, e não existe mais a prova.

A partir de agora, estaremos com a Polícia Ambiental, o comandante Dalek e outros, de São José do Rio Preto, com o local sendo fiscalizado como deve ser. Teremos em torno de 400 barcos no rio. Para a polícia chegar com uma lancha e tentar fazer essa fiscalização fica impossível. Mas, com o drone, a quase 60 quilômetros por hora, a 500 metros de altura, um equipamento que não pode ser abatido mesmo com arma de fogo, com certeza essa fiscalização vai ser eficaz.

E vai mudar muito o conceito das pessoas, que hoje pensam em infringir a lei, e que pensam que não existe segurança nos locais onde elas estão. Se houver um naufrágio no rio, e o drone captar essa imagem, no mesmo momento essa pessoa terá condição de ser salva. No caso de uma queimada, há condições de saber onde ela está acontecendo, e será possível exterminar o fogo.

Agradeço aos deputados que foram parceiros conosco, também aos meus assessores, e a todas as mãos. A partir do dia 1º, estarei no rio, já buscando imagens da nova forma de fiscalização, mas também na forma de dar segurança a quem está nos rios do estado de São Paulo.

Agradeço, e quero deixar aqui o nosso site, para que busquem mais informações: www.deputadoestadausebastiao-santos.com.br. É o nosso portal, onde estamos colocando mais uma ação da Frente Parlamentar da Pesca e da Aquicultura no estado de São Paulo, que é coordenada por nós, com 24 deputados da Casa, que têm trabalhado muito pela população, pela pesca, pela agricultura e pelo meio ambiente do nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JUNIOR APRILLANTI - PSB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectadores da TV Alesp, no sábado passado foram publicadas duas resoluções no Diário Oficial do Poder Executivo. Elas versam sobre o aumento das atribuições e responsabilidades dos agentes de apoio escolar da rede estadual de ensino. Mas são duas resoluções que não tratam dos direitos e da questão salarial desses servidores.

Já estamos denunciando há muito tempo o que vem acontecendo em relação à desvalorização, por parte do governo, dos agentes de organização escolar da rede estadual. São servidores que têm um excesso de trabalho e um salário, na prática, inferior ao salário mínimo nacional e regional. São vítimas de assédio moral e perseguição política, de acúmulo de trabalho, de desvio de função. As condições de trabalho são as piores. Já fizemos audiências públicas, programas na TV Alesp e pedidos para audiências públicas na Comissão de Educação e Cultura, da qual eu faço parte como membro titular. Já fizemos manifestações em frente à Secretaria da Educação. Fizemos, ainda, reuniões em tal Secretaria com a comissão de agentes de organização.

No entanto, até hoje o governo não tomou nenhuma providência, nem sequer um aceno. A única coisa que o governo fez foi apresentar duas resoluções que vieram de cima para baixo, aumentando ainda mais as atribuições e responsabilidades desse segmento importante da Educação. Sem os agentes de apoio escolar, não temos escola funcionando. Temos quase quatro mil escolas no estado de São Paulo, que só funcionam porque esses servidores oferecem toda a infraestrutura necessária. Eles são responsáveis pela abertura das escolas, pela manutenção, pela limpeza, pela vigilância e pelo funcionamento da secretaria e da cozinha. Tudo isso é feito pelo servidor do quadro de apoio escolar.

Mas, no entanto, a desvalorização é tão grande que muitos estão pedindo exoneração do cargo. Não aumentam mais tanta opressão. É um massacre do ponto de vista salarial, funcional e das condições de trabalho. Estranhamente, o governo, para piorar a situação, publicou duas resoluções aumentando as atribuições e as responsabilidades desses servidores, que já eram muitas. E fez isso sem nenhum tipo de contrapartida salarial ou de melhoria das condições de trabalho. É um absurdo total, um contrassenso da Secretaria da Educação, que inclusive já tinha publicado uma resolução no final do ano passado diminuindo o número dos gerentes de organização escolar em algumas regiões do Estado.

A situação já era a pior possível, sem contar a questão do vale-refeição de apenas oito reais dos servidores do quadro de apoio. É o famoso “vale-coxinha”. Essa é a situação dos agentes de organização escolar. Já estamos preparando um PDL para revogar, ou integralmente ou alguns artigos dessas duas resoluções.

Estamos nos reunindo já com vários agentes de organização escolar, para tomar providências imediatas contra mais esse ataque a esses servidores. Não vamos permitir que o governo do Estado, que a Secretaria da Educação seja tão insensível a esse ponto. Queremos, sim, a regulamentação da Lei Complementar 1144, de 2011, que aprovamos aqui na Assembleia Legislativa. Queremos garantir a progressão desses servidores, e a lei não foi regulamentada até agora, e essa é uma das principais reivindicações dos agentes de organização escolar. Estamos pressionando a Secretaria de Educação, a Secretaria de Gestão Pública, a Casa Civil para que isso ocorra imediatamente.

Sr. Presidente, vamos continuar denunciando o que vem acontecendo com os agentes de organização escolar, que são considerados trabalhadores invisíveis para o governo do PSDB. Parece que eles não existem, não são contemplados por nenhuma política salarial, não têm o respeito também da data-base salarial. Para nós, que somos professores - sou professor e diretor de escola -, eles são importantes, porque são profissionais da Educação, são reconhecidos inclusive na LDB, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. São considerados profissionais da Educação e cumprem um papel importante no processo educativo. Por isso, devem ser valorizados como todos os outros profissionais da Educação, como o Magistério, os especialistas em Educação. Eles têm a mesma importância, e é isso que nós vamos defender aqui o tempo todo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JUNIOR APRILLANTI - PSB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje, lembrando-os ainda da Sessão Extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 37 minutos.

22 DE FEVEREIRO DE 2017

1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: FERNANDO CAPEZ

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Abre a sessão. Coloca em votação e declara aprovado o requerimento 1477/17, para criação de Comissão de Representação, do deputado Carlos Bezerra Jr. Encerra a discussão do PL 714/10. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Cauê Macris, de método de votação ao PL 714/10. Coloca em votação e declara aprovada a Mensagem Aditiva Substitutiva, salvo subemenda. Põe em votação e declara aprovada Subemenda à Mensagem Aditiva Substitutiva apresentada pela Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, restando prejudicados os itens 3, 4 e 5 do requerimento de método de votação. Encerra a discussão do PLC 24/16. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Cauê Macris, de método de votação ao PLC 24/16. Põe em votação e declara aprovado o PLC 24/16, salvo emendas. Coloca em votação e declara aprovada Emenda apresentada pela Comissão de Finanças, Planejamento e Orçamento. Coloca em votação e declara rejeitada a Emenda apresentada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

2 - CÁSSIO NAVARRO

Para comunicação, anuncia a presença dos vereadores do município de Praia Grande: o presidente da Câmara Municipal, vereador Reco, vereador Betinho, da Educação e ex-presidente, e vereador Marcelino.

3 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Convoca reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a realizar-se hoje, às 19 horas e 14 minutos. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Fernando Capez.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, em votação uma comissão de representação, Requerimento nº 147, de 2017, do nobre deputado Carlos Bezerra Jr. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Proposições em regime de urgência:

1 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 714, de 2010, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a criação de cargos de Escrevente Técnico Judiciário para o Quadro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Com emenda. Parecer nº 829, de 2011, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto e à emenda com subemenda. Parecer nº 830, de 2011, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e à emenda na forma da subemenda da Comissão de Justiça. Emenda apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Com Mensagem Aditiva Substitutiva do Tribunal de Justiça. Parecer nº 112, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável à Mensagem Aditiva Substitutiva com subemenda e contrário à emenda 2. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Há sobre a mesa requerimento de método de votação assinado pelo líder do Governo, deputado Cauê Macris.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 1. Mensagem Aditiva Substitutiva, salvo subemenda.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

Item 2. Subemenda à Mensagem Aditiva Substitutiva apresentada pela Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada. Prejudicados os Itens 3, 4 e 5 do método de votação.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 24, de 2016, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a criação de 150 (cento e cinquenta) cargos de Juiz de Direito Auxiliar (entrância intermediária) para o Quadro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Parecer nº 113, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto com emenda. Parecer nº 114, de 2017, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto com emenda e contrário à emenda da Comissão de Justiça e Redação.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Há sobre a mesa método de votação assinado pelo líder do Governo, deputado Cauê Macris.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 1. Projeto de lei Complementar nº 24, de 2016, salvo emendas.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 2. Emenda apresentada pela Comissão de Finanças, Planejamento e Orçamento.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

Item 3. Emenda apresentada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitada.

O SR. CÁSSIO NAVARRO - PMDB – PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria de anunciar a presença dos vereadores do município de Praia Grande: o presidente da Câmara Municipal, vereador Reco, vereador Betinho, da Educação e ex-presidente, e vereador Marcelino. Sejam bem-vindos. (Palmas.).

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Nos termos do Art. 18, inciso III da alínea “d”, combinado com o artigo 45, § 5º, ambos do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça, para redação final ao PL 714, de 2010, e PLC 24, 2016.

Esgotado o objeto da presente sessão, está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 13 minutos.

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA

DE 23/02/2017

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

DEBORA FERREIRA, RG nº 421614572, matrícula nº 23675, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, a partir de 01/03/2017.

(Decisão nº1388/2017);

ELISANGELA MEIRE GALHARDO FERREIRA, RG nº 277181380, matrícula nº 24883, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR V, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, a partir de 01/03/2017.

(Decisão nº1389/2017);

LARISSA SOARES SAKR, RG nº 296591865, matrícula nº 24286, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSESSOR ESPECIAL I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 02/03/2017.

(Decisão nº1390/2017);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

ALEXANDRA DE SOUZA SOARES, RG nº 22838467-9, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR IV, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de JESUINO DA SILVA DUTRA FILHO.

(Decisão nº1391/2017);

CAROLINE BRANDOLISI MENDES MOSCA, RG nº 41499069, para exercer, em comissão, o cargo de JORNALISTA, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei nº 12803/2008, em vaga decorrente da exoneração de IARA GONZAGA BORTOLUCCI.

(Decisão nº1392/2017);

CLAUDMILSON PROCOPIO DOS SANTOS, RG nº 18954168, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de LUIS CARLOS MARCONDES, ficando exonerado do cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR II na data de sua posse.

(Decisão nº1393/2017);

DANIEL HENRIQUE MIRANDA DA SILVA, RG nº 36377103-7, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de CLAUDMILSON PROCOPIO DOS SANTOS.

(Decisão nº1394/2017);

HOSANO JOSE DA SILVA, RG nº 9002391-2, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR V, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de ELISANGELA MEIRE GALHARDO FERREIRA.

(Decisão nº1395/2017);

JOANA D'ARC GERMANO FURTADO, RG nº 26334958-5, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de LARISSA SOARES SAKR.

(Decisão nº1396/2017);

JOSE LUIZ MORAIS, RG nº 30005386-1, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga criada pela referida Lei.

(Decisão nº1397/2017);

JOSE MARIO BRITO DAVID, RG nº 27937597, para exercer, em comissão, o cargo de AGENTE DE SEGURANÇA PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de MAURO APARECIDO GARCIA BANHOS.

(Decisão nº1398/2017);

LEVI CRISTIANO ROSSI, RG nº 47687556, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR III, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de MARCO AURELIO RODRIGUES, ficando exonerado do cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR V na data de sua posse.

(Decisão nº1399/2017);

LUIZ ROBERTO MONTAGNA ZANATTA, RG nº 29838277, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de JOÃO FERNANDES DE OLIVEIRA.

(Decisão nº1400/2017);

RICARDO VERPA COSTA DA SILVA, RG nº 41581765, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de CRISTIANO GONÇALVES MARTINS.

(Decisão nº1401/2017);

WEBER MAGANHATO JUNIOR, RG nº 21970102-7, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR V, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de LEVI CRISTIANO ROSSI.

(Decisão nº1402/2017);

WELLINGTON JOSE DA SILVA, RG nº 36886947, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga criada pela Lei Complementar 1263/2015.

(Decisão nº1403/2017);

TORNANDO SEM EFEITO: a Decisão nº 1303/2017, publicada em 21/02/2017, de nomeação de WEBER MAGANHATO JUNIOR, RG nº 21970102-7, do cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR III, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011. (Decisão nº1404/2017);

CESSANDO, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, dos funcionários abaixo-relacionados, na seguinte conformidade:

Mat 21203, ELIEZER RIBEIRO DA COSTA

(Decisão nº 1405/2017);

Mat 16228, CLEIDE ALVES

(Decisão nº 1406/2017);

Mat 22753, NAYARA EDUARDA MIGUES CANATO

(Decisão nº 1407/2017);

Mat 21223, FLAVIANO LUDOVINO LEONCINI

(Decisão nº 1408/2017);

ATRIBUINDO, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, para os funcionários abaixo-relacionados, na seguinte conformidade:

Mat 22521, DARCI BURANI, GED Nível I

(Decisão nº 1409/2017);

Mat 25658, MURILO PAES DE MORAES, GED Nível V

(Decisão nº 1410/2017);

Mat 16228, CLEIDE ALVES, GED Nível VIII

Mat 3790, VERA MÁRCIA MÁXIMO DE CARVALHO GARBO-SA, GED Nível I

(Decisão nº 1411/2017);

Mat 21223, FLAVIANO LUDOVINO LEONCINI, GED Nível VIII

(Decisão nº 1412/2017);

Mat 23285, ANA PAULA BARREIROS SILVEIRA, GED Nível X

(Decisão nº 1413/2017);

Mat 5806, ISABEL CRISTINA ROTHER BUHLER DE GODOY, GED Nível VI

(Decisão nº 1414/2017);

Mat 23807, TATIANA LIMA SARMENTO PANOSSO, GED Nível I

(Decisão nº 1415/2017);